

## **O CURRÍCULO ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:**

### **Campo de conflito entre o “normal” e o “anormal”**

---

Nágib José Mendes dos Santos (UFAL/Arapicara) – nagibem@gmail.com

#### **Resumo:**

Este artigo tem como finalidade abordar questões referentes ao currículo, sua relação com os conflitos entre a ideia binária de normalidade/anormalidade e o contexto da educação inclusiva. Uma vez que o processo inclusivo apresenta uma série de questões merecedoras de um pouco mais de atenção e exercício reflexivo, se faz necessário pensar no que há por trás da proposta da inclusão das pessoas com deficiência e quais as verdadeiras relações de interesse veladas nesse discurso. Para tal fim, essa temática será discutida fazendo relação com categorias sobre as relações sociais trazidas a tona por Michel Foucault e as concepções pós-estruturalistas acerca do currículo, da cultura, do homem e do conhecimento.

**Palavras-chave:** Currículo; Normalidade/Anormalidade; Inclusão.

#### **SCHOOL CURRICULUM IN THE CONTEXT OF INCLUSIVE EDUCATION: FIELD OF CONFLICT BETWEEN “NORMAL” AND “ABNORMAL”**

#### **Abstract:**

This paper addresses issues of curriculum, its relationship with conflicts between the binary idea of normality/abnormality and the context of inclusive education. Once that the inclusive process presents a number of questions worthy of a little more attention and reflective exercise, it is necessary to think about what is behind the proposal of inclusion of people with disabilities and what is the true relationship of interests veiled in this speech. To this goal, this issue will be discussed relating categories about social relations brought by Michael Foucault and poststructuralist conceptions about curriculum, culture, man and knowledge.

**Key-words:** Curriculum; Normality/Abnormality; Inclusion.

**DOI:** 10.28998/2175-6600.2011v3n5p25

# Debates em Educação

## Introdução

Apesar da força do apelo hodierno pró-inclusão e a educação para TODOS ser considerada como uma meta, faz-se necessário refletir sobre as nuances existentes por trás do discurso da educação inclusiva. Pois, promover a inclusão implica em valorizar a diferença e a singularidade existente em cada sujeito, ou seja, valorizar a alteridade que cada sujeito apresenta. Porém, o temor do outro, isto é, do que é diferente, foi algo que sempre se fez presente no imaginário dos que – por se encontrarem dentro dos padrões determinados pela sociedade – se autodenominam como normais.

Essa relação binária e conflituosa entre o “normal” e o “anormal” é considerada por alguns autores como algo necessário para o sistema vigente, ou seja, é necessário rotular um segmento da sociedade como “anormal” para que outra parcela de sujeitos se autodenomine “normal”. E o ato de incluir os que não se enquadram dentro da “norma” leva ao sentimento, como afirma Longman (2007), de ser “bonzinho” por permitir que os outros façam parte do meio social.

No contexto da inclusão escolar da pessoa com deficiência, faz-se *mister* pensar o currículo e a sua influência nesse processo. Refletir sobre o currículo na contemporaneidade implica em se debruçar sobre ele a partir de uma nova perspectiva: a perspectiva pós-estruturalista. Isso significa que, assim como o discurso e a identidade do sujeito contemporâneo, o currículo é produto de significações sociais e culturais que forjam também identidades. E estas, por sua vez, são tecidas a partir da ideia da existência do outro, em outras palavras, daquele que é diferente.

Logo, na busca de refletir a questão do currículo e sua relação com as diferentes produções de significados, o presente artigo se debruçará sobre a questão do conflito da “Normalidade” versus “Anormalidade” no campo do currículo e sua relação com o discurso da inclusão da pessoa com deficiência nas instituições de ensino regular.

## 1. O CURRÍCULO

Mesmo havendo ainda na contemporaneidade pessoas que compreendem o currículo como mero guia de conteúdos a serem administrados aos estudantes, tem-se hoje a consciência de que a real concepção de currículo está muito além dessa perspectiva. Ou seja, entende-se currículo como um caminho a se percorrer muito além do caminho meramente acadêmico.

O currículo, na verdade, é compreendido como espaço de produção de significações onde habitam as diversas identidades que são forjadas em meio a um campo de luta e conflitos, pelo domínio do saber e do poder. Sobre isso, atesta Lunardi (2008), citando Silva (1999):

[...] o currículo pode ser entendido como território de produção, circulação e consolidação de significados. Nesse sentido, ele é também um espaço privilegiado de política de identidade. A cultura, nesse contexto, é um campo de lutas em torno da significação social. É “onde se define não apenas a forma que o mundo deve ter, mas também a forma como as pessoas e os grupos devem ser” (p. 44-5).

Isto posto, através da compreensão do currículo como espaço de lutas onde significações são produzidas, é possível vislumbrá-lo como espaço em que as identidades são formadas e, sendo assim, o currículo é também considerado como um *artefato cultural*. Deste modo, considerar o currículo como um *artefato cultural* implica, segundo Lunardi (2008), em compreendê-lo como um instrumento que se fabrica e se produz na medida em que também fabrica e produz os conhecimentos que fazem parte dele e que são, por sua vez, considerados como construções sociais e históricas.

Destarte, por se tratar de um artefato cultural, o currículo é fabricado, como já dito antes, nas relações sociais e nas redes de poder. E é nesse complexo, ou seja, nessa trama de poder e de sentidos que os diversos grupos sociais entram em conflito para fazer valer os seus significados. Nesse contexto, podemos tomar como acertada a afirmativa da autora supracitada quando esta concebe o currículo como “um terreno

# Debates em Educação

conflitivo, incerto, mutável, um espaço onde se travam diferentes lutas de poder e saber” (LUNARDI, 2008).

As concepções atuais acerca do currículo são oriundas da perspectiva pós-estruturalista, que concebe a ideia do sujeito como um ser centrado em sua subjetividade e individualidade. Esta tendência se mostra contrária a de outrora, ou seja, a da modernidade – quando se tinha a pretensão de mudar o mundo, mudar a sociedade e mudar o homem, tendo como suporte unicamente a razão –, pois busca desvelar as relações de poder que engendram o complexo mecanismo da sociedade contemporânea. E este mecanismo, segundo Sá (2010), busca

[...] pensar o sujeito em sua individualidade e subjetividade, inserido em seu contexto: enfatiza-se o gênero, a língua, a cultura pessoal, enfim: a diferença. Se antes o tributo era dado à igualdade, hoje se problematiza a diferença e mostra-se a desigualdade (SÁ, 2010, p. 45).

Ainda, sobre o pós-estruturalismo e o currículo, percebemos que este é interpretado como prática cultural e como produto de significações, em que a cultura se configura como um campo de lutas em torno das significações. Isto é, a cultura não é entendida nesta perspectiva como algo concluído, mas sim, como algo que se forja em meio a conflitos. Por isso, vale salientar, que mesmo sendo o currículo submetido às regras da instituição de ensino, ele é compreendido como um espaço de produção e criação de significados (SILVA, 2003).

## 2. O CURRÍCULO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Pensar a diferença tem sido o grande mote no meio educacional, principalmente em nossos dias, quando a elaboração de políticas públicas em prol da educação inclusiva tem sido cada vez mais frequente. Como consequência, o currículo e a sua relação com a questão da diferença, também tem sido objeto de estudos.

## Debates em Educação

Quanto aos discursos em torno do processo da inclusão da pessoa com deficiência, mostra-se, segundo alguns autores, como um discurso retórico que “[...] parece refletir o modo pelo qual são representadas e expressadas, historicamente, as principais inquietações das práticas de escolarização desses indivíduos, particularmente, àquelas relacionadas à escola e ao currículo” (SILVA, 2010, p.2).

As inúmeras campanhas em prol da inclusão escolar tem postulado por uma educação pública e de qualidade para TODOS. A proposta é fazer com que a escola realize o movimento contrário ao da Integração, isto é, ao invés de exigir que o aluno se adeque à escola, a inclusão preconiza que a escola se adeque às diferenças apresentadas pelos sujeitos. Assim, não mais o que é considerado diferente deve se adaptar ao que é normal, mas, ao invés, a dita normalidade deve, segundo o próprio discurso inclusivo, aceitar e entender a diferença. Por isso, a discussão em torno da inclusão educacional tem estreita ligação com a ideia da alteridade.

Falar em inclusão sem fazer a devida relação com a alteridade é tornar o discurso inclusivo retórico e sem sentido. Todavia, de acordo com Gallo e Souza (2004), para a modernidade se faz mister eclipsar a figura do outro (*alter*), sendo isso considerado de suma importância. Pois, há na sociedade contemporânea a grande necessidade de produzir este sujeito, para que, com o ato de incluir, este sujeito também seja cooptado pelo sistema, aproximando-o dos considerados normais. Somente desta maneira a sua presença não mais poderá perturbar a “harmonia” da identidade majoritária.

Tal premissa remete-nos a refletir sobre a pessoa com deficiência nesse contexto educacional inclusivo, onde cada sujeito apresenta uma característica peculiar que o discurso inclusivo, por tendência, massifica. Desta forma, quando se defende a inclusão sem a valorização de fato da alteridade e das especificidades que a constitui, está se compreendendo o grupo das pessoas com deficiência de forma hegemônica, colocando estes sujeitos como seres que apresentam características e necessidades únicas e comuns.

## Debates em Educação

É nessa conjuntura que o currículo se configura como *locus* de importância no que diz respeito à discussão quanto à questão da diferença e da alteridade, assim como, do conflito entre a dualidade “normalidade” versus “anormalidade”.

### 3. O CURRÍCULO E O PARADIGMA DA “NORMALIDADE/ANORMALIDADE”

Apesar das inúmeras políticas públicas criadas em favor da inclusão da pessoa com deficiência na escola regular, encontra-se ainda na sociedade a relação binária entre normalidade e anormalidade. Em seu texto *A Invenção do Normóide*, Liliane Longman (2007) argumenta que tanto a ideia de normalidade quanto a de anormalidade fazem parte de um único sistema, isto é, os considerados “normais” necessitam dos ditos “anormais” para se sentirem como tal.

Nesse contexto, na busca de encontrar a origem desta relação, Michel Foucault através da prática que ele denominou de “arqueologia”, descobriu que a normalidade nada mais é do que o ato de se normalizar as diferenças. Evitando, desta forma, que os considerados diferentes não perturbem o modelo harmônico de identidade imposto pelo poder vigente.

Este aspecto é corroborado pela história quando esta nos mostra que os séculos XIX e XX trouxeram consigo o surgimento de próteses corretivas. Estas tinham como principal objetivo fazer com que pessoas consideradas fora das normas se enquadrassem nos padrões dos ditos “normais”.

Foucault (2008) compreende a busca pela normatização do sujeito como a expressão do poder instituído sobre os indivíduos, denominando-a de biopoder. Ou seja, o poder que as instituições exercem sobre os corpos dos sujeitos que, através da disciplina, gera corpos dóceis e perfeitos. Quanto aos que não se enquadram nesse padrão restam-lhes, ainda segundo Foucault, a segregação da sociedade através do internamento em asilos ou em prisões.

O controle da sociedade sobre os indivíduos não opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o

## Debates em Educação

corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica (FOUCAULT, 1998, p.79).

Após o discurso inclusivo nos anos 1990 ter ganhado forças com a Declaração de Salamanca (1994) – que em suas linhas preconiza o acesso de TODOS a uma educação pública e de qualidade – houve, segundo Longman (2007), uma tendência por parte dos educadores de fetichizar o movimento inclusivo. Sobre isto, considera da seguinte forma a autora:

O fetichismo em que se assenta a ideologia da inclusão, uma das faces da ideologia do normal, faz parecer que todos são incompetentes por não conseguir transformar todos em iguais, sem preconceitos, sem discriminação, sem luta de poder, sem traumas. Hoje, o cenário das políticas públicas, apesar dos discursos liberais do direito e da defesa de uma sociedade inclusiva permanece na ideologia do normal ‘somos todos iguais’ (LONGMAN, 2007, p. 30).

Percebe-se então que os atuais discursos em prol da inclusão vêm, de forma velada, ratificando em nossos dias a relação binária normalidade/anormalidade, além de servir de instrumento de homogenia para o sistema. Sobre isto, ainda a mesma autora afirma:

Quando se defende a diversidade como princípio e a inclusão como política pública sem a ruptura epistemológica reafirma-se a ideologia da normalidade, pois os sujeitos com deficiência vão ser sempre considerados como deficientes e os outros como não deficientes [...]; (LONGMAN, 2007, p. 30).

Essa ruptura epistemológica na qual a autora se refere, trata-se da compreensão do sujeito como um ser constituído de subjetividade e singularidade. Somente a partir dessa compreensão acerca do sujeito, torna-se possível vislumbrar a sua inclusão de forma legítima. Do contrário, estará o processo inclusivo homogeneizando as pessoas com deficiência colocando-as como pertencentes de uma mesma classe ou categoria.

## Debates em Educação

O currículo, no contexto da perspectiva da inclusão da pessoa com deficiência deve promover a *alteridade*, ou seja, promover o olhar sobre o sujeito com deficiência como o *Outro*. Somente, a partir daí, a escola será um real *locus* onde a diferença será compreendida como algo inerente à humanidade e o currículo, conforme Silva (2010), não mais será entendido como:

[...] um instrumento pedagógico neutro, ao contrário (o currículo) é um campo de conflitos, tensões e relações de poder do qual resulta um conjunto de prescrições sobre os conteúdos, as organizações e as práticas que refletem (e reproduzem) as relações sociais e políticas existentes em cada momento histórico, que são negociadas, efetivadas, construídas e reconstruídas na escola (SILVA, 2010, p. 06).

Se não concebido da maneira supracitada, o currículo será somente um instrumento a serviço da monopolização da diferença/deficiência (SILVA, 2010), isto é, seu objetivo será tão somente fazer com que o incômodo causado pela diferença (“anormalidade”) seja controlado e normatizado mesmo que o discurso inclusivo postule por uma escola para todos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do atual discurso pró-inclusão, podemos observar através do presente texto, que também por trás deste discurso há uma relação ideológica e conflituosa entre saberes e poderes que permeiam a sociedade contemporânea, assim como, os currículos escolares.

Constata-se também, através do presente artigo, que hodiernamente ainda se faz muito presente ideias oriundas da modernidade, onde a bipolaridade normalidade/anormalidade é constituinte de um mesmo sistema de relações. E, debruçando-se ainda sobre este contexto, percebemos que a figura do anormal para a modernidade se fez fundamental na manutenção da identidade daquele que é considerado normal.



## Debates em Educação

O currículo, por sua vez, deve ser compreendido como produto de significações permeado por conflitos. E, este instrumento, idealizado para o século XXI, deve reconhecer os diferentes tipos de “políticas culturais, sociais e econômicas que permitem encontrar identidades e valorizar as diferenças que não atentem contra os direitos humanos” (SILVA, 2010, p. 03).

Assim, no que se refere à educação inclusiva, o currículo deveria ser considerado, de fato, ferramenta epistemológica essencial para a descoberta do outro e no aprendizado do respeito à diferença. Ao invés, o currículo somente tem proporcionado a libertação de uma forma de exceção tirânica ou intolerável para outra forma um pouco mais amena (ELIAS, 1993).

Destarte, o conflito entre as ideias de normalidade e anormalidade se faz também no espaço do currículo escolar, onde o mesmo se configura, não como meio de emancipação do sujeito por meio do conhecimento, mas como forma de alienação dos não considerados dentro da norma através do discurso de uma educação para TODOS.

Por fim, percebemos então que o currículo deve alcançar todos os sujeitos, independente das características apresentadas por estes, considerando todos os aspectos culturais que fazem parte do meio social onde os sujeitos habitam. Logo, poderão ser derrubados dessa maneira, os paradigmas construídos sobre a pessoa com deficiência, assim como, a ideia binária de normalidade/anormalidade que ainda se faz tão viva na escola e nos mais diversos espaços sociais.

### REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 35 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GALLO, Silvio; SOUZA, Regina Maria de (orgs). **Educação do Preconceito**: ensaios sobre poder e resistência – Campinas, SP: Alínea, 2004.

## Debates em Educação

LONGMAN, Liliene Vieira. **Memórias de Surdos**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Massangana, 2007.

PETERS, A.; BESLEY, Tina (orgs). **Por que Foucault?** novas diretrizes para a pesquisa educacional. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SÁ, Nídia Regina Limeira. **Cultura Poder e Educação de Surdos**. São Paulo: Paulinas, 2007.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. **Currículo sem Fronteiras**, v.10, n.2, pp.214-227, Jul/Dez 2010 ISSN 1645-1384 (online). Disponível em: [www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org) 214.

SILVIA, Tomaz da. **O Currículo como Fetiche**: a poética do texto curricular. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.